

Prefeitura Municipal de Timburi

Estado de São Paulo

CNPJ.: 46.223.715/0001-04

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 43/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2025

O MUNICÍPIO DE TIMBURI, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 2.401/2024, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

1. DA LICITAÇÃO

1.1. OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado.

1.2. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 9:00 horas do dia 18/12/2025.

1.3. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: As 09:30 do dia 18/12/2025.

1.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: As 09:30 do dia 18/12/2025.

1.5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

1.6. MODO DE DISPUTA: ABERTO

1.7. LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: <https://www.bll.org.br>.

1.8. REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

1.9. INFORMAÇÕES:

1.9.1. Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Rua XV de Novembro, nº 467, centro, Timburi/SP, pelo telefone (14) 3389-9100 e pelos e-mails licitação@timburi.sp.gov.br e licitacaoofimburi@hotmail.com.

1.9.2. Para acompanhar o processo licitatório, o proponente deverá acessar o site bllcompras.com/Home/Login – Acesso Público – Promotor Timburi, conforme Lei Municipal nº 4.647, de 14/03/2023.

1.10. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.10.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, por meio do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da BLL COMPRAS.

1.10.2. Os trabalhos serão conduzidos por PREGOEIRO do MUNICÍPIO DE TIMBURI – designado pela autoridade competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da BLL COMPRAS (www.bll.org.br).

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



2.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital.

2.2. Serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, às MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e aos MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), que declararem e comprovarem regularmente essa condição.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no endereço [https://\(www.bll.org.br\)](https://(www.bll.org.br)), para acesso ao sistema e operacionalização.

2.3.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS TÉCNICOS QUE INVIABILIZEM O CADASTRO DO FORNECEDOR NA PLATAFORMA BLL COMPRAS A TEMPO DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, BEM COMO POR ORIENTAR O SISTEMA. DESTE MODO, RECOMENDA-SE QUE OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME, EFETUEM O CADASTRO O MAIS BREVE POSSÍVEL, DE MODO A EVITAR TRANSTORNOS POR QUESTÕES RELATIVAS À INTERNET OU À INCOMPATIBILIDADE DE HARDWARE, SOFTWARE OU QUAISQUER OUTRAS QUESTÕES QUE POSSAM PREJUDICAR A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTE. EM CASO DE DÚVIDA, O LICITANTE DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO DIRETAMENTE COM A PLATAFORMA BLL COMPRAS.

2.3.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada – diretamente ou por seu representante – no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do processo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. 2.4. O objeto a ser licitado será dividido, observando-se o seguinte: AMPLA CONCORRÊNCIA e ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP.

2.4.1. Item destinado à ampla concorrência correspondente destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI

2.4.2. Item destinado à participação exclusiva de ME e EPP: correspondente à cota reservada correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total do objeto a ser licitado, destinado à participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal.

2.4.3. Não havendo proposta para a cota exclusiva de participação das ME's e EPP'S, o pregoeiro poderá negociar com outras empresas participantes do processo que não se enquadrem como ME's e EPP'S. Nesse caso as empresas não enquadradas poderão cotar esse item, porém se o item destinado tiver proposta elaborada pelas empresas enquadradas como ME's e EPP'S, as empresas não enquadradas, serão desclassificadas, para o referido item.

2.4.4. Se a mesma empresa vencer o item destinado à participação exclusiva de ME e EPP correspondente à cota reservada de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total do objeto ser licitado e o item destinado à ampla concorrência correspondente à cota principal de 75%

(setenta e cinco por cento) da quantidade total do objeto ser licitado, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela referida empresa.

2.5. Não poderão participar desta Licitação os fornecedores:

2.5.1. Que não atendam às condições deste Edital de Licitação e seu (s) anexo (s);

2.5.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo licitatório ou atue na fiscalização ou na gestão da ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) agente público do órgão ou entidade licitante.

2.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5.3.2. Aplica-se o disposto no item "c)" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.5.3.3. A vedação de que trata o item "g)" estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.6. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16, da Lei nº 14.133/21.

2.6.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, poderão ser estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, através do telefone (41) 3097-4600 ou e-mail contato@bll.org.br.

3. DO INGRESSO NO PREGÃO ELETRÔNICO E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa do Pregão Eletrônico se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma desta Seção.

3.2. Após a divulgação do Edital de Pregão Eletrônico, o licitante interessado deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca/modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como ME, EPP, MEI ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.6.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.9. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

3.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.11. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;



3.12. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.12.1. Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste edital.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital de Licitação;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Edital.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FASE DE LANCES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

4.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Edital de Licitação.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de no mínimo R\$ 0,01 (um centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema.

4.6. Para o envio de lances, será adotado o modo de disputa "ABERTO", em que os participantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

4.7. Após a abertura do item colocado em disputa, a fase de lances terá duração de 10 (dez) minutos. Após esse período, o sistema encerrará a competição caso nenhum lance seja apresentado dentro do intervalo de 2 (dois) minutos.

4.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, o sistema encerrará automaticamente a etapa de lances,

4.10. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital, para a definição das demais colocações.

4.11. Após o reinício previsto no item anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários. Encerrada a etapa de que trata o item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances.

4.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.16. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.16.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento do Pregão Eletrônico.



5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no aviso de licitação ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços – global ou unitário – simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha (quando for o caso) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Licitação.

5.13. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos indicados no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Habilitação Jurídica:

- a)** Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b)** Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c)** Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- d)** Para Sociedades Cívicas: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- e)** Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado);
- f)** Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.1. Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

6.2.2. Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar os documentos pelo participante.

6.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;

6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado



do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;

6.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;

6.3.5. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;

6.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;

6.3.7. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

6.3.7.1. Se o objeto se referir a compra de bens, será exigida inscrição no cadastro de contribuinte estadual, se referir-se à prestação de serviços, será exigida inscrição municipal.

6.4. Qualificação Econômico-Financeira:

6.4.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento dos envelopes, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.

6.5. Qualificação Operacional:

6.5.1. Prova de Capacidade Técnica, por meio da apresentação de Atestado(s), ou Certidão(ões) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado; necessariamente em nome da licitante, no(s) qual(ais) se comprove(m), o fornecimento de no mínimo um dos itens que compõem os lotes licitados.

a) Para efeito de comprovação da qualificação técnica será admitido o somatório de Atestado(s) ou Certidão(ões).

b) Deverá(ão) constar, do(s) atestado(s) de capacidade técnica ou da(s) certidão(ões) os seguintes dados: razão social, CNPJ e endereço da empresa Atestante; bem como especificações e quantitativo dos produtos fornecidos.

c) Não serão aceitos atestados emitidos por ente pertencente ao mesmo grupo empresarial ou econômico da licitante proponente. Considera-se, como ente pertencente ao mesmo grupo empresarial ou econômico, suas controladas, suas controladoras, sua matriz, suas filiais, suas subsidiárias, ou aquele que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia do emitente do atestado e da licitante proponente.

d) O(s) Atestado(s) ou Certidão(ões) emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, deve(m) estar preferencialmente em papel timbrado, com a devida identificação e assinatura do responsável, devendo possuir ainda preferencialmente os nomes e telefones dos contatos do emissor.

e) O(s) Atestado(s) ou Certidão(ões) poderão ser objeto de diligência, a critério deste Município, para verificação de autenticidade de seu conteúdo, podendo a critério do pregoeiro serem requisitadas informações e documentos necessários à comprovação da legitimidade dos



atestados solicitados, tais como, dentre outros documentos, cópia do contrato que tenha dado suporte à contratação e Notas Fiscais.

f) Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e da Licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeito a Licitante às penalidades cabíveis.

6.6. Outras comprovações:

6.6.1. Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal, por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias a contar da data de emissão.

6.6.2. Declaração de Responsabilidade Unificada, constante no Anexo III do presente instrumento.

6.5.2.1. Em caso de incongruências no documento apresentado/anexado, o Pregoeiro poderá diligenciar a fim de solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma BLL, quanto às declarações contidas no referido termo;

6.5.2.2. O prazo para a manifestação indicada no subitem anterior será informado pelo Pregoeiro na Plataforma BLL;

6.5.2.3. Manifestações encaminhadas fora do prazo estipulado no subitem anterior serão desconsideradas;

6.5.2.4. A diligência prevista no subitem 6.5.2.1 não se aplica para fornecedores que deixaram de anexar a Declaração de Responsabilidade Unificada.

6.5.3. Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma BLL.

6.6. Habilitação imediata dos Arrematantes

6.6.1. Os licitantes encaminharão os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema, devendo realizar upload dos documentos relacionados nos itens 6.2 a 6.6 deste edital, no prazo estabelecido no item 1.2, que servirão para adjudicação, bem como para justificativa de possíveis desclassificações.

6.6.1.1. Esses documentos só estarão disponíveis aos licitantes após o encerramento da disputa do Pregão.

6.6.2. Quando um item for arrematado, o Pregoeiro realizará a conferência da documentação para comprovação da habilitação.

6.6.2.1. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.6.2.2. Documento ausente, que atesta condição de habilitação preexistente a abertura do certame, deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.

6.6.3. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, mesmo após as devidas diligências, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta em conformidade com o edital.

6.6.4. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

7. CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO



7.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo.

7.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.1.2. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Negativa de Débitos e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.2. A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

7.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em contratações públicas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o participante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.3.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Licitação e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.6.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

8. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos.

8.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados por meio eletrônico, em campo específico da plataforma BLL, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

8.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

8.4. O Pregoeiro deverá julgar as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento em até 03 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, podendo, para tanto, requisitar subsídios formais ao setor técnico competente.

8.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada pelo sistema e vinculará os participantes e a Administração.

8.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitando o disposto no §1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Após a empresa arrematante ser declarada vencedora e provisoriamente habilitada, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual o licitante poderá, exclusivamente via Sistema BLL, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso.

9.2.1. Caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

9.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais, exclusivamente pelo sistema eletrônico (no campo "Interp. Recursos").

9.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, também exclusivamente pelo sistema eletrônico (no campo "Contrarrazão"), assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, submeter o processo à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

9.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

10.2. O resultado desta licitação será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), bem como no Diário Oficial do Município, nos termos do art. 19, da Lei Municipal nº 4.618/2022.

10.3. A partir do ato de homologação, será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, bem como para sua retirada na Diretoria de Licitações e Contratos, respeitada a validade de sua proposta.

11. DA CONTRATAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitido pela empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

11.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos;

11.3.3. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137e 138, da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável conforme previsão nos anexos a este instrumento.

11.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

11.5.1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após sua reapresentação.

11.5.2. As notas fiscais deverão ser apresentadas na entrega dos produtos.



11.5.3. O pagamento será realizado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

11.6. Os custos das aquisições resultantes da presente licitação serão cobertos com recursos provenientes das seguintes Dotações Orçamentárias:

Ficha 107

02.00.00 - Poder Executivo

02.07.00 - Secretaria Municipal de Transporte

02.07.01 - Urbanismo

15.451.0015.2.018 – Manutenção do Urbanismo

3.3.90.30.00 – Material De Consumo

11.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.8. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Timburi, com CNPJ nº 76.247.378/0001-56, com as informações contidas na Nota de Empenho.

11.9. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

11.9.1. Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os

fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

132.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7. deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12. deste Edital, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa:

- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

- compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

12.4. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):



- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O Pregoeiro lavrará ata circunstanciada da sessão pública, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no item 1.2.7, deste Edital.

13.2. O procedimento será divulgado no BLL COMPRAS <https://www.bll.org.br>, no Portal de Transparência do Município de Timburi – www.Timburi.pr.gov.br, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

13.3. O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

13.4. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: (art. 71 da Lei 14.133/21)

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.4.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.4.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13.4.5. O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e os procedimentos auxiliares da licitação.

13.5. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a data da abertura desta licitação;

b) Alteradas as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a realização do certame.

13.6. As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

13.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

13.11. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

13.12. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Timburi, Setor de Licitações e Contratos, situada a Rua XV de Novembro, nº 467, Centro.

13.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.14. O foro de cidade de Timburi, Estado de São Paulo designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

13.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



13.15.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E MODELO DE PROPOSTA;

13.15.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

13.15.2. ANEXO II – DECLARAÇÃO ENVIADA JUNTO COM PROPOSTA ATUALIZADA;

13.15.3. ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA;

13.15.4. ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.15.5. ANEXO V – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – AUDESP FASE IV

Timburi, 02 de dezembro de 2025.



CRISTIANO DA CUNHA AMORIM
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Timburi

Estado de São Paulo

CNPJ.: 46.223.715/0001-04

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO 43/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

ÓRGÃO DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Timburi

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de **artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado**, destinados à manutenção da infraestrutura urbana, drenagem e mobiliário urbano do Município de Timburi/SP, conforme especificações e quantidades constantes deste documento e em seus anexos:

- **Anexo I – Relação de Itens e Quantidades;**
- **Anexo II – Descrição Técnica dos Itens;**
- **Anexo III – Planilha de Pesquisa de Preços de Mercado (média).**

O fornecimento será efetuado por meio de Registro de Preços, com entrega parcelada conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade contínua de manutenção e ampliação da infraestrutura urbana, drenagem pluvial, mobiliário urbano e contenção de erosões, garantindo a segurança e funcionalidade dos espaços públicos. Os artefatos pré-moldados e o concreto usinado são essenciais para a execução de obras estruturais e urbanas, permitindo respostas ágeis e tecnicamente adequadas às demandas da municipalidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Termo de Referência é elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais normas aplicáveis.

4. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A **vigência** da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura. As entregas dos **artefatos de concreto** ocorrerão em até **30 (trinta) dias** após o recebimento da autorização de fornecimento, enquanto o **concreto usinado** deverá ser entregue em **até 48 (quarenta e oito) horas**, conforme a necessidade do setor requisitante.

5. LOCAL DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues em diversas obras e unidades municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, empilhados ou paletizados e acompanhados da respectiva nota fiscal.

6. SUBSTITUIÇÃO DE ITENS

Na **impossibilidade de fornecimento de determinado item**, o fornecedor deverá apresentar **produto de qualidade igual ou superior, sem qualquer acréscimo de valor**, devendo o fornecimento ocorrer **pelo mesmo preço unitário adjudicado** ao item original, não causando prejuízo ao andamento das obras.

A substituição somente será aceita mediante aprovação prévia e expressa do setor requisitante, que avaliará a equivalência técnica e a qualidade do produto ofertado.

7. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

Os materiais serão recebidos provisoriamente por servidor designado, para conferência e inspeção. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação de conformidade com as especificações, podendo haver rejeição de produtos que não atendam às exigências deste Termo.



8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Cumprir rigorosamente os prazos e condições estabelecidos;
- Substituir imediatamente qualquer produto com defeito ou fora de especificação;
- Manter as condições de habilitação durante toda a vigência da Ata;
- Responsabilizar-se por todas as despesas com transporte, seguro e entrega;
- Responsabilizar-se por transporte e descarregamento.

9. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- Emitir requisições de fornecimento e/ou autorizações de compras de forma clara e dentro do prazo;
- Efetuar o pagamento conforme cronograma contratual;
- Fiscalizar a execução e qualidade dos produtos.

10. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **mediante autorização de compra** devidamente emitida, para a emissão e apresentação da **nota fiscal** correspondente, e comprovação do recebimento do material pela Administração.

O valor será pago em conta bancária vinculada à empresa fornecedora ou, quando cabível, por meio de boleto bancário, em até 30 (trinta) dias contados da data de emissão da nota fiscal, independentemente da forma de pagamento adotada, observada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

Não serão aceitas notas fiscais com data anterior à efetiva entrega dos produtos e/ou sem a respectiva autorização de compras.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado, conforme o disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 5º a 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, considerando no mínimo **três cotações válidas** obtidas junto a fornecedores distintos.

As cotações foram realizadas de forma a representar o valor médio praticado no mercado, servindo de base para a definição do preço estimado dos itens constantes deste Termo de Referência.

Os valores médios orçados estão demonstrados no Anexo III – PLANILHA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (MÉDIA), que integra o presente Termo de Referência para todos os fins legais

Desta forma o **valor médio total estimado** para o conjunto de itens pesquisados é de **R\$ 965.080,38 (novecentos e sessenta e cinco mil e oitenta reais e trinta e oito centavos)**, servindo como base para a estimativa orçamentária do presente Termo de Referência.

12. FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada por servidor(es) designado(s) pela **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**, com registro de ocorrências e comunicação imediata de irregularidades.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.



02.00.00 - PODER EXECUTIVO		02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORT		02.07.01 - URBANISMO
Func. Programática	Class. Econ.	Ficha	F.R.C.A.	Especificação
15.000.0000.0.000				URBANISMO
15.451.0000.0.000				INFRA-ESTRUTURA URBANA
15.451.0015.0.000				APOIO ADMIN - URBANISMO
15.451.0015.2.018				MANUTENÇÃO DO URBANISMO
	3.3.90.30.00	107	01.000.00 -	MATERIAL DE CONSUMO

**Saldo nas demais solicitações:
Saldo disponível:**

Os recursos orçamentários necessários à execução da presente contratação estão devidamente previstos no orçamento vigente do Município.

14. PENALIDADES

O atraso injustificado na entrega dos materiais ou o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência sujeitará a contratada à aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, conforme será detalhado no edital e na ata de registro de preços.

Poderão ser aplicadas, de forma isolada ou cumulativa, as seguintes sanções:

Advertência;

- Multa por atraso ou inexecução parcial ou total do fornecimento;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação de penalidades não exime a contratada da obrigação de reparar eventuais prejuízos causados à Administração.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos com base na **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

Timburi, 02 de dezembro de 2025

Alessandro Augusto Silva Gonçalves

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura
Prefeitura Municipal de Timburi

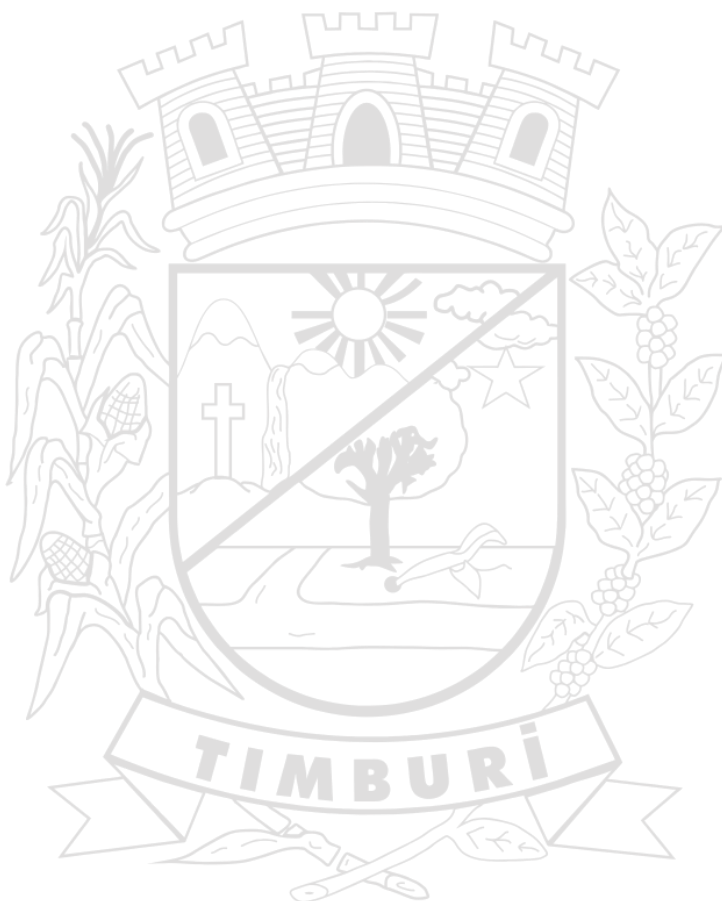


ANEXO I

RELAÇÃO DE ITENS E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	COTA PRINC.	COTA ME/EPP
1	Tubo de concreto PS2 Ø400 mm x 1.500 mm	metro	75	56	19
2	Tubo de concreto PS2 Ø800 mm x 1.500 mm	metro	75	56	19
3	Tubo de concreto PA2 Ø400 mm x 1.500 mm	metro	75	56	19
4	Tubo de concreto PA2 Ø600 mm x 1.500 mm	metro	75	56	19
5	Tubo de concreto PA2 Ø1000 mm x 1.500 mm	metro	75	56	19
6	Tubo de concreto PA2 Ø1500 mm x 1.500 mm	metro	75	56	19
7	Canaleta meia cana Ø300 mm x 1.000 mm	metro	75	56	19
8	Grelha de concreto armado 24,5 x 59,05 x 5 cm	unidade	100	75	25
9	Bloco estrutural 19 x 19 x 39 cm	unidade	5.000	3.750	1.250
10	1/2 bloco estrutural 19 x 19 x 19 cm	unidade	500	375	125
11	Canaleta de concreto 19 x 19 x 39 cm	unidade	1.000	750	250
12	Pavimento retangular 10 x 20 x 6 cm	m ²	100	75	25
13	Canaleta p/ grelha 30 x 35 x 60 cm	unidade	100	75	25
14	Banco modelo europeu 1,20 m	unidade	20	15	5
15	Banco modelo praça 1,20 m	unidade	20	15	5
16	Banco modelo reto 1,20 m	unidade	20	15	5
17	Jogo de mesa modelo 4B	unidade	20	15	5
18	Jogo de mesa modelo 1/2 lua	unidade	20	15	5
19	Anel de concreto armado Ø800 mm x 500 mm	metro	20	15	5
20	Mourão curvo p/ alambrado 2,50 m	unidade	20	15	5
21	Vigota treliçada H8	metro	100	75	25
22	Vigota treliçada H12	metro	100	75	25
23	Placa p/ muro pré-moldado 0,92 x 0,50 m	unidade	800	600	200
24	Pilar p/ muro pré-moldado 2,70 x 0,12 x 0,12 m	unidade	200	150	50
25	Guias de concreto (inclusive em L)	unidade	100	75	25
26	Poste de concreto p/ iluminação	unidade	40	30	10
27	Concreto usinado, fck = 20 MPa	Metro cúbico	100	75	25

28	Concreto usinado, fck = 25 MPa	Metro cúbico	100	75	25
29	Concreto usinado, fck = 30 MPa	Metro cúbico	100	75	25
30	Concreto usinado, fck = 35 MPa	Metro cúbico	100	75	25
31	Concreto usinado, fck = 40 MPa	Metro cúbico	100	75	25



DESCRIÇÃO TÉCNICA DOS ITENS

A seguir são apresentadas as especificações técnicas detalhadas dos materiais constantes na tabela acima descrita. As descrições têm caráter orientativo e padronizador, devendo os produtos fornecidos atender aos padrões de qualidade equivalentes ou superiores aos aqui definidos, sem indicação de marca, conforme determina o art. 42, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. Tubo de concreto PS2 Ø400 mm x 1.500 mm

Tubo de concreto simples, junta ponta e bolsa, diâmetro nominal 400 mm, comprimento 1.500 mm. Produzido conforme ABNT NBR 9780, destinado a redes de drenagem pluvial e esgoto. Deve apresentar resistência mínima PS2, superfície interna lisa, isento de trincas, fissuras e lascas, com encaixe perfeito e vedação adequada.

2. Tubo de concreto PS2 Ø800 mm x 1.500 mm

Tubo de concreto simples, junta ponta e bolsa, diâmetro nominal 800 mm, comprimento 1.500 mm, conforme ABNT NBR 9780. Classe PS2, para drenagem de águas pluviais e galerias de pequeno porte. Deve apresentar resistência mínima PS2, superfície interna lisa, isento de trincas, fissuras e lascas, com encaixe perfeito e vedação adequada.

3. Tubo de concreto PA2 Ø400 mm x 1.500 mm

Tubo de concreto armado, junta ponta e bolsa, diâmetro 400 mm, comprimento 1.500 mm. Classe PA2 Segundo ABNT NBR 8890, para obras de drenagem, bueiros e canalizações de maior carga estrutural. Reforçado com armadura de aço CA-60 e concreto com fck ≥ 25 MPa.

4. Tubo de concreto PA2 Ø600 mm x 1.500 mm

Tubo armado, junta ponta e bolsa, 600 mm de diâmetro, 1.500 mm de comprimento. Classe PA2 conforme NBR 8890, indicado para travessias, galerias e drenagem urbana. Reforçado com armadura de aço CA-60 e concreto com fck ≥ 25 MPa

5. Tubo de concreto PA2 Ø1000 mm x 1.500 mm

Tubo de concreto armado, Ø1000 mm, classe PA2, com reforço em aço e comprimento 1.500 mm. Fabricado conforme NBR 8890, indicado para redes principais de drenagem e galerias pluviais. Reforçado com armadura de aço CA-60 e concreto com fck ≥ 25 MPa

6. Tubo de concreto PA2 Ø1500 mm x 1.500 mm

Tubo armado, Ø1500 mm, comprimento 1.500 mm, classe PA2 conforme NBR 8890, utilizado em galerias de grande vazão, travessias e drenagem urbana de grande porte. Reforçado com armadura de aço CA-60 e concreto com fck ≥ 25 MPa

7. Canaleta meia cana Ø300 mm x 1.000 mm

Canaleta de concreto em formato semicircular, diâmetro interno 300 mm, comprimento 1.000 mm, conforme NBR 9781. Utilizada em drenagem superficial e escoamento de águas pluviais em calçadas e pátios. Deve ter acabamento liso e resistência adequada ao tráfego leve.

8. Grelha de concreto armado 24,5 x 59,05 x 5 cm

Grelha de concreto armado, medidas 24,5 x 59,05 x 5 cm, destinada à cobertura de canaletas. Produzida com concreto de fck ≥ 25 MPa e armadura de aço CA-60. Deve garantir resistência mecânica e permitir drenagem eficiente.

9. Bloco estrutural 19 x 19 x 39 cm
Bloco vazado de concreto simples para alvenaria estrutural, conforme ABNT NBR 6136. Dimensões 19 x 19 x 39 cm, com resistência mínima de 4,5 MPa. Superfícies planas, sem rebarbas ou trincas.

10. ½ Bloco estrutural 19 x 19 x 19 cm

Bloco de concreto estrutural, meio bloco (meia peça) 19 x 19 x 19 cm, conforme NBR 6136, compatível com o bloco inteiro. Destinado a ajustes de fiadas e modulação em alvenaria estrutural.

11. Canaleta de concreto 19 x 19 x 39 cm
Peça pré-moldada em formato de "U", utilizada em cintas, vergas e amarrações estruturais, conforme NBR 6136. Dimensões 19 x 19 x 39 cm, resistência mínima 4,5 MPa.

12. Pavimento retangular 10 x 20 x 6 cm
Paver de concreto intertravado, formato retangular, dimensões 10 x 20 x 6 cm, conforme ABNT NBR 9781. Para pavimentação de calçadas, praças e vias de tráfego leve. Concreto com fck ≥ 35 MPa e coloração uniforme.

13. Canaleta p/ grelha 30 x 35 x 60 cm
Canaleta retangular de concreto armado, dimensões 30 x 35 x 60 cm, com alojamento para grelha. Produzida conforme NBR 9781, destinada a drenagem pluvial superficial. Concreto com fck ≥ 25 MPa e estrutura reforçada.

14. Banco modelo europeu 1,20 m
Banco pré-moldado em concreto armado, comprimento 1,20 m, modelo europeu com encosto anatômico. Acabamento polido e cantos arredondados. Concreto com fck ≥ 30 MPa, conforme NBR 6118 e NBR 9062. Base antiderrapante e tratamento impermeabilizante.

15. Banco modelo praça 1,20 m
Banco em concreto armado, comprimento 1,20 m, modelo tradicional para praças e áreas públicas. Acabamento rústico ou liso, conforme padrão urbano. Concreto com fck ≥ 30 MPa, com reforço metálico e bordas chanfradas.

16. Banco modelo reto 1,20 m
Banco reto de concreto armado, sem encosto, comprimento 1,20 m, fck ≥ 30 MPa. Ideal para áreas externas, praças e jardins. Acabamento regular e arestas arredondadas.

17. Jogo de mesa modelo 4B
Conjunto pré-moldado composto por uma mesa quadrada e quatro bancos individuais de concreto armado, conforme padrão urbano. Concreto fck ≥ 30 MPa, acabamento liso ou granilite. Medidas padrão: mesa 0,75 m de altura; bancos 0,45 m.

18. Jogo de mesa modelo ½ lua
Conjunto pré-moldado composto por mesa semicircular e bancos em meia-lua acoplados. Produzido em concreto armado, fck ≥ 30 MPa, com estrutura reforçada e acabamento polido.

19. Anel de concreto armado Ø800 mm x 500 mm
Anel de concreto armado, diâmetro interno 800 mm, altura 500 mm, conforme NBR 8890, utilizado



em poços de visita e bocas de lobo. Fabricado com concreto fck \geq 25 MPa e armadura em aço CA-60.

20. Mourão curvo p/ alambrado 2,50 m
Poste curvo de concreto armado, comprimento 2,50 m, utilizado em cercamentos com alambrado. Concreto fck \geq 25 MPa, seção quadrada ou circular, com gancho metálico superior para fixação do arame.

21. Vigota treliçada H8
Vigota pré-moldada de concreto armado com treliça metálica, altura nominal 8 cm, conforme NBR 14859-1. Utilizada em lajes treliçadas. Concreto fck \geq 25 MPa e aço CA-60 galvanizado.

22. Vigota treliçada H12
Vigota pré-moldada de concreto armado com treliça metálica, altura 12 cm, conforme NBR 14859-1. Indicada para vãos maiores e cargas estruturais médias.

23. Placa p/ muro pré-moldado 0,92 x 0,50 m
Placa de concreto armado para muros pré-moldados, dimensões 0,92 x 0,50 m, espessura média 4 cm. Concreto fck \geq 30 MPa, acabamento liso, reforço metálico interno e encaixe macho-fêmea conforme NBR 9062.

24. Pilar p/ muro pré-moldado 2,70 x 0,12 x 0,12 m
Pilar de concreto armado, altura 2,70 m, seção 12 x 12 cm, com rasgos laterais para fixação de placas pré-moldadas. Produzido conforme NBR 9062, concreto fck \geq 30 MPa e armadura CA-50.

25. Guias de concreto (inclusive em L)
Guias de concreto moldadas ou pré-moldadas, retas e em L, dimensões conforme padrão DNIT. Produzidas em concreto fck \geq 30 MPa, resistentes à abrasão e impacto, conforme NBR 9781. Usadas em sarjetas e contenção de pavimentos.

26. Poste de concreto p/ iluminação
Poste de concreto armado para iluminação pública, altura variável (6 a 9 m), conforme NBR 8451. Concreto fck \geq 35 MPa, com ferragem galvanizada e base chumbável.

27 a 31. Concreto usinado (fck = 20, 25, 30, 35 e 40 MPa)
Concreto dosado em central (CDC), entregue pronto para uso, conforme NBR 12655 e NBR 7212.

- fck 20 MPa: aplicações gerais, pisos e calçadas.
- fck 25 MPa: fundações, alicerces e bases estruturais.
- fck 30 MPa: vigas, pilares e lajes de médio porte.
- fck 35 MPa: estruturas de maior solicitação e pavimentos.
- fck 40 MPa: elementos estruturais especiais e obras de alta resistência.

O concreto deve apresentar abatimento (slump) conforme projeto, ser transportado em caminhão-betoneira e descarregado em até 90 minutos após mistura.

ANEXO III

PLANILHA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (MÉDIA)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO MÉDIO UNIT.	VALOR TOTAL
1	TUBO DE CONCRETO PS2 Ø400 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 102,09	R\$ 7.656,38
2	TUBO DE CONCRETO PS2 Ø800 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 360,74	R\$ 27.055,13
3	TUBO DE CONCRETO PA2 Ø400 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 140,85	R\$ 10.563,38
4	TUBO DE CONCRETO PA2 Ø600 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 272,10	R\$ 20.407,13
5	TUBO DE CONCRETO PA2 Ø1000 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 556,67	R\$ 41.749,88
6	TUBO DE CONCRETO PA2 Ø1500 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 1.036,27	R\$ 77.720,25
7	CANALETA MEIA CANA Ø300 MM X 1.000 MM	75	MTS	R\$ 68,94	R\$ 5.170,50
8	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 24,5 X 59,05 X 5 CM	100	UN	R\$ 249,60	R\$ 24.959,50
9	BLOCO ESTRUTURAL 19 X 19 X 39 CM	5000	UN	R\$ 4,69	R\$ 23.450,00
10	1/2 BLOCO ESTRUTURAL 19 X 19 X 19 CM	500	UN	R\$ 4,29	R\$ 2.145,00
11	CANALETA DE CONCRETO 19 X 19 X 39 CM	1000	UN	R\$ 5,21	R\$ 5.210,00
12	PAVIMENTO RETANGULAR 10 X 20 X 6 CM	100	M2	R\$ 75,04	R\$ 7.503,67
13	CANALETA P/ GRELHA 30 X 35 X 60 CM	100	UN	R\$ 230,69	R\$ 23.069,00
14	BANCO MODELO EUROPEU 1,20 M	20	UN	R\$ 456,67	R\$ 9.133,33
15	BANCO MODELO PRAÇA 1,20 M	20	UN	R\$ 589,06	R\$ 11.781,20
16	BANCO MODELO RETO 1,20 M	20	UN	R\$ 459,92	R\$ 9.198,33
17	JOGO DE MESA MODELO 4B	20	UN	R\$ 751,03	R\$ 15.020,53
18	JOGO DE MESA MODELO 1/2 LUA	20	UN	R\$ 1.090,65	R\$ 21.812,90
19	ANEL DE CONCRETO ARMADO Ø800 MM X 500 MM	20	MTS	R\$ 222,68	R\$ 4.453,60
20	MOURÃO CURVO P/ ALAMBRADO 2,50 M	50	UN	R\$ 87,11	R\$ 4.355,63
21	VIGOTA TRELIÇADA H8	100	MTS	R\$ 26,95	R\$ 2.694,94
22	VIGOTA TRELIÇADA H12	100	MTS	R\$ 32,30	R\$ 3.229,54
23	PLACA P/ MURO PRÉ-MOLDADO 0,92 X 0,50 M	400	UN	R\$ 131,67	R\$ 52.666,00
24	PILAR P/ MURO PRÉ-MOLDADO 2,70 X 0,12 X 0,12 M	100	UN	R\$ 1.197,25	R\$ 119.724,50
25	GUIAS DE CONCRETO	200	UN	R\$ 89,53	R\$ 17.906,00
26	POSTE DE CONCRETO P/ ILUMINAÇÃO	40	UN	R\$ 3.110,21	R\$ 124.408,40
27	CONCRETO USINADO, FCK = 20 MPA	100	M3	R\$ 541,76	R\$ 54.176,33
28	CONCRETO USINADO, FCK = 25 MPA	100	M3	R\$ 571,63	R\$ 57.162,67
29	CONCRETO USINADO, FCK = 30 MPA	100	M3	R\$ 622,32	R\$ 62.232,33
30	CONCRETO USINADO, FCK = 35 MPA	100	M3	R\$ 640,86	R\$ 64.086,33
31	CONCRETO USINADO, FCK = 40 MPA	100	M3	R\$ 543,80	R\$ 54.380,00

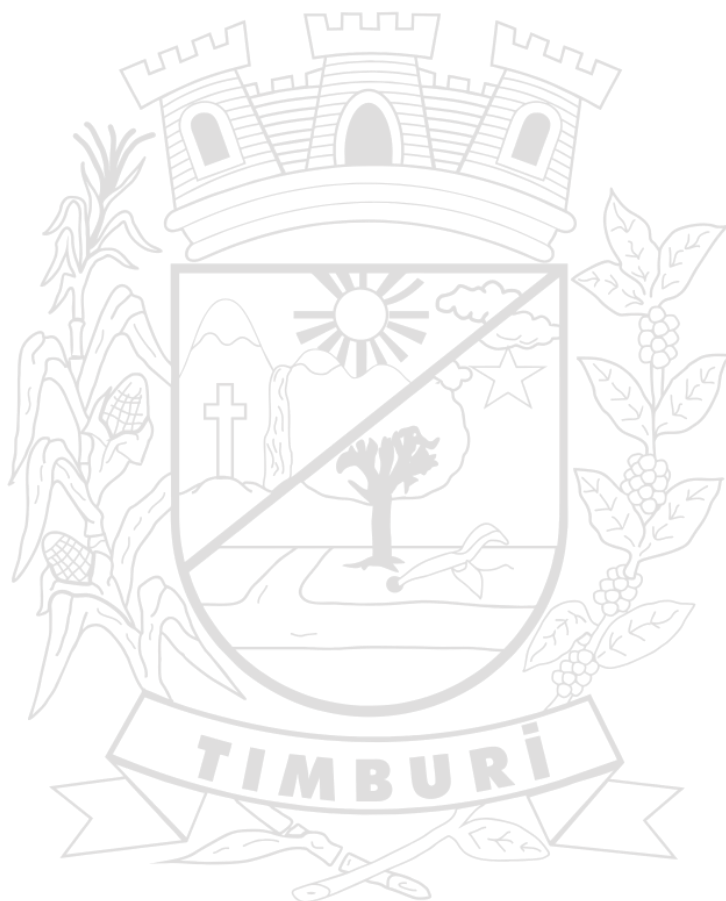


TOTAL					R\$ 965.082,38

Timburi, 02 de dezembro de 2025.

CRISTIANO DA CUNHA AMORIM

Prefeito



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO E CONCRETO USINADO DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA, DRENAGEM E MOBILIÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO DE TIMBURI/SP.

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) é elaborado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Timburi/SP, nos termos do § 1º do art. 18 da Lei Federal Nº14.133, de 1º de abril de 2021, com o objetivo de apresentar os elementos técnicos, econômicos e operacionais que justifiquem a contratação para aquisição de artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado, em conformidade com o interesse público e o planejamento municipal.

Os artefatos pré-moldados abrangem tubos para drenagem pluvial, blocos estruturais, canaletas, grelhas, guias, placas para muros, pilares, postes e peças de mobiliário urbano (bancos e jogos de mesa), todos voltados à execução e manutenção de obras de infraestrutura urbana, recomposição de calçadas e vias, canalizações, contenção de erosões e melhorias em espaços públicos de uso coletivo, como praças, escolas e prédios públicos.

Complementarmente, a aquisição de concreto usinado dosado em central (CDC), com resistência característica à compressão (fck) variando entre 20 MPa e 40 MPa, visa garantir regularidade tecnológica, padronização e segurança na execução de fundações, contenções, pavimentos, pisos e outras estruturas públicas. A variedade de classes de resistência atende às diversas exigências estruturais e ambientais das obras municipais.

A presente contratação, portanto, tem caráter preventivo, estratégico e operacional, garantindo estoque mínimo de insumos essenciais, padronização técnica e agilidade nas respostas do poder público às demandas da população. Este ETP subsidia a instrução do processo licitatório com os fundamentos técnicos necessários, assegurando a transparência, o planejamento e a legalidade da contratação.

Anexo I – Cotações de preços atualizadas, coletadas junto a fornecedores distintos, compõem este Estudo Técnico Preliminar e foram utilizadas para subsidiar a estimativa do valor da contratação.



I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de artefatos de concreto pré-moldado e de concreto usinado, destinados a atender as diversas demandas operacionais da Prefeitura do Município de Timburi/SP, no âmbito da manutenção e ampliação da infraestrutura urbana, drenagem pluvial, mobiliário urbano, contenção, pavimentação e recuperação de áreas públicas.

Os artefatos pré-moldados de concreto a serem adquiridos abrangem tubos para drenagem, blocos estruturais, canaletas, guias, grelhas, postes, placas para muros, pilares e mobiliário urbano (bancos e jogos de mesa), todos com dimensões padronizadas e fabricados conforme normas técnicas da ABNT. Estes itens são essenciais para a execução de serviços de recomposição de calçadas, implantação de bocas de lobo, canalização de águas pluviais, fechamento de áreas públicas, construção de muros, instalação de mobiliário urbano em praças, escolas e prédios públicos, bem como em pequenas obras estruturais de interesse coletivo.

Além disso, a contratação inclui o fornecimento de concreto usinado com resistência característica à compressão (fck) variando entre 20 MPa e 40 MPa, para aplicação em fundações, estruturas de pequeno e médio porte, pisos, contenções, bases de postes e equipamentos públicos, entre outras aplicações. A utilização de concreto dosado em central (CDC) assegura maior controle tecnológico, regularidade na qualidade do material, ganho de produtividade e economia na execução dos serviços públicos de engenharia.

O município enfrenta limitações relacionadas à indisponibilidade imediata desses insumos, o que compromete a capacidade de resposta da equipe de obras e a eficiência das ações cotidianas de manutenção, prevenção e intervenção emergencial. A aquisição centralizada e planejada desses materiais permitirá a padronização de especificações técnicas, racionalização de compras, redução de custos logísticos e maior agilidade nas ações operacionais da Prefeitura.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação conjunta de artefatos e concretos prontos para uso garante a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados, otimiza a gestão de recursos financeiros e materiais, fortalece a infraestrutura urbana e promove melhorias efetivas na qualidade de



vida da população, em consonância com os princípios constitucionais da economicidade, da eficiência e da supremacia do interesse público.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO, INDICANDO O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

A presente contratação encontra respaldo nos instrumentos de planejamento governamental do Município de Timburi/SP, notadamente no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), os quais estabelecem diretrizes e metas voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, à promoção da mobilidade, ao ordenamento do espaço público e à prestação eficiente dos serviços públicos essenciais.

A aquisição de artefatos pré-moldados de concreto e de concreto usinado está inserida nas ações permanentes da Administração Municipal voltadas à manutenção preventiva e corretiva da malha viária urbana e rural, à implantação e adequação de sistemas de drenagem pluvial, à contenção de processos erosivos, à recomposição de guias, sarjetas, calçadas e pavimentos, bem como à instalação de equipamentos urbanos em espaços públicos de uso coletivo, como praças, escolas, unidades de saúde e vias públicas.

Trata-se de uma iniciativa recorrente e estratégica do planejamento setorial da Coordenadoria Municipal de Obras e Serviços, em consonância com os programas de governo e os eixos estruturantes da política local de desenvolvimento urbano e de valorização do espaço público. A aquisição conjunta dos insumos viabiliza a racionalização das compras públicas, o controle técnico dos materiais empregados, a redução dos custos operacionais e a ampliação da vida útil das intervenções executadas com recursos próprios.

Adicionalmente, a contratação ora proposta está prevista na programação orçamentária vigente e encontra-se plenamente alinhada às políticas públicas municipais que priorizam a eficiência, a economicidade, o planejamento logístico e a agilidade na execução das demandas operacionais, especialmente nas frentes de infraestrutura e serviços urbanos.

Dessa forma, a contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar está em conformidade com o planejamento estratégico da administração municipal, integrando um conjunto de ações estruturantes



que buscam garantir à população de Timburi uma infraestrutura urbana segura, funcional, acessível, durável e economicamente viável.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação deverá observar rigorosamente os requisitos técnicos, legais e normativos aplicáveis à aquisição de artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado, assegurando a qualidade, a durabilidade e a conformidade dos produtos com os padrões exigidos para obras públicas. Tais requisitos visam garantir a segurança das intervenções urbanas, a padronização dos materiais empregados e a economicidade da contratação, sempre em atenção ao interesse público e aos princípios estabelecidos pela Lei Federal Nº14.133/2021.

São requisitos mínimos da contratação:

a) Conformidade com normas técnicas da ABNT:

Todos os materiais fornecidos deverão atender às normas técnicas vigentes, especialmente:

ABNT NBR 9780 – Tubos de concreto simples para redes de esgoto e drenagem pluvial, com junta ponta e bolsa;

ABNT NBR 8890 – Projeto e execução de obras com tubos de concreto armado e não armado;

ABNT NBR 12142 – Componentes pré-moldados de concreto para pavimentação intertravada;

ABNT NBR 5738 / NBR 5739 – Preparo, moldagem e ensaio de corpos de prova cilíndricos de concreto;

ABNT NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;

ABNT NBR 6136 – Blocos vazados de concreto simples para alvenaria;

ABNT NBR 9062 – Projeto e execução de estruturas pré-moldadas de concreto;

ABNT NBR 12655 – Concreto de cimento Portland – Preparo, controle, recebimento e aceitação.

b) Apresentação de documentação técnica:

As empresas fornecedoras deverão apresentar:

Certificados de conformidade dos artefatos e concretos, emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO ou RBC;

Relatórios de ensaio de resistência à compressão (fck) para concretos usinados, referentes aos traços propostos;

Ficha técnica dos produtos com dimensões, resistência, tolerâncias, aplicações e forma de cura;

No caso de concreto usinado, apresentação de ART de dosagem e controle tecnológico emitida por engenheiro responsável.

c) Padrão de fabricação e qualidade:

Todos os produtos devem ser novos, de primeira qualidade, sem trincas, fissuras, falhas de compactação ou deformações;

Os artefatos devem possuir acabamento compatível com a sua destinação (uso estrutural, urbano, drenagem ou estético);

As tolerâncias dimensionais e resistências mínimas devem seguir rigorosamente as normas técnicas vigentes;

O concreto usinado deverá ser fornecido com traço padronizado, controle de consistência (abatimento/slump), tempo de entrega inferior a 90 minutos e resistência característica comprovada com laudo;

Todos os produtos devem ter sido fabricados com controle tecnológico de produção e cura adequada.

d) Condições de entrega:

A entrega deverá ser realizada no endereço da Prefeitura Municipal de Timburi, sito à Rua XV de Novembro, N°467 – Centro – Timburi/SP;

O prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias corridos contados da emissão da ordem de fornecimento;

O transporte e o descarregamento dos materiais são de responsabilidade exclusiva da contratada, com equipe e equipamento compatíveis com a natureza dos itens (inclusive vigotas, postes e tubos de grande diâmetro).

e) Garantia e substituição:

Materiais entregues com avarias, fora de especificações técnicas ou em desacordo com o pedido deverão ser substituídos integralmente pela contratada, sem custos adicionais, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

Todos os materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados da data da entrega, independentemente da aplicação final.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

As estimativas de quantidades constantes neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência anexo foram definidas a partir de levantamento minucioso realizado pelas equipes técnicas da Coordenadoria Municipal de Obras e Serviços, com base em:

Histórico de consumo de materiais em anos anteriores;

Obras públicas em execução e em fase de planejamento;

Demandas recorrentes e emergenciais dos setores operacionais da Prefeitura;

Necessidade de formação de estoque estratégico para pronta-resposta a intervenções urbanas, manutenção de infraestrutura e serviços contínuos.

Os volumes foram dimensionados de forma compatível com a capacidade de execução das frentes de trabalho e a realidade orçamentária da Administração, buscando atender de forma equilibrada tanto os artefatos de concreto pré-moldado quanto os diferentes traços de concreto usinado, igualmente indispensáveis às rotinas operacionais do Município.

A tabela abaixo apresenta os itens, unidades de fornecimento e respectivas quantidades estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Tubo de concreto PS2 Ø400 mm x 1.500 mm	metro	75
2	Tubo de concreto PS2 Ø800 mm x 1.500 mm	metro	75
3	Tubo de concreto PA2 Ø400 mm x 1.500 mm	metro	75
4	Tubo de concreto PA2 Ø600 mm x 1.500 mm	metro	75
5	Tubo de concreto PA2 Ø1000 mm x 1.500 mm	metro	75
6	Tubo de concreto PA2 Ø1500 mm x 1.500 mm	metro	75
7	Canaleta meia cana Ø300 mm x 1.000 mm	metro	75
8	Grelha de concreto armado 24,5 x 59,05 x 5 cm	unidade	100
9	Bloco estrutural 19 x 19 x 39 cm	unidade	5.000

10	1/2 bloco estrutural 19 x 19 x 19 cm	unidade	500
11	Canaleta de concreto 19 x 19 x 39 cm	unidade	1.000
12	Pavimento retangular 10 x 20 x 6 cm	m ²	100
13	Canaleta p/ grelha 30 x 35 x 60 cm	unidade	100
14	Banco modelo europeu 1,20 m	unidade	20
15	Banco modelo praça 1,20 m	unidade	20
16	Banco modelo reto 1,20 m	unidade	20
17	Jogo de mesa modelo 4B	unidade	20
18	Jogo de mesa modelo 1/2 lua	unidade	20
19	Anel de concreto armado Ø800 mm x 500 mm	metro	20
20	Mourão curvo p/ alambrado 2,50 m	unidade	20
21	Vigota treliçada H8	metro	100
22	Vigota treliçada H12	metro	100
23	Placa p/ muro pré-moldado 0,92 x 0,50 m	unidade	800
24	Pilar p/ muro pré-moldado 2,70 x 0,12 x 0,12 m	unidade	200
25	Guias de concreto (inclusive em L)	unidade	100
26	Poste de concreto p/ iluminação	unidade	40
27	Concreto usinado, fck = 20 MPa	Metro cúbico	100
28	Concreto usinado, fck = 25 MPa	Metro cúbico	100
29	Concreto usinado, fck = 30 MPa	Metro cúbico	100
30	Concreto usinado, fck = 35 MPa	Metro cúbico	100
31	Concreto usinado, fck = 40 MPa	Metro cúbico	100

A contratação será realizada por item, permitindo a adesão seletiva conforme as necessidades específicas e evitando a aquisição de materiais não prioritários ou em excesso. Tal estratégia viabiliza economia de escala na aquisição dos materiais de maior demanda, possibilita a racionalização logística, reduz o risco de desabastecimento e assegura melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.



Embora não haja interdependência direta com outras contratações em andamento, os insumos listados poderão ser utilizados em múltiplas frentes de serviço, tanto executadas por administração direta quanto por empresas contratadas para obras de engenharia e urbanismo. A padronização dos materiais propostos também favorece a uniformidade nas intervenções públicas, reduzindo custos futuros com adaptações ou substituições técnicas.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Para fundamentar tecnicamente a contratação, foi realizado levantamento de mercado junto a fornecedores especializados no fornecimento de artefatos pré-moldados de concreto e concreto usinado, com atuação reconhecida no setor e experiência no atendimento a entes públicos. A pesquisa teve como objetivo identificar os materiais disponíveis, suas características técnicas, os preços praticados, os prazos de entrega e as condições comerciais geralmente ofertadas.

A análise contemplou diferentes soluções construtivas, como:

Produção artesanal ou in loco por equipes contratadas;

Produção por pequenas olarias ou microempresas locais, com baixo controle tecnológico;

Fornecimento por empresas especializadas em artefatos padronizados e concreto industrializado, com controle de qualidade, conformidade com normas da ABNT e logística de entrega organizada.

A opção técnica mais adequada recaiu sobre a aquisição direta de artefatos de concreto pré-moldados e de concreto usinado com controle tecnológico, produzidos industrialmente por empresas devidamente capacitadas, em razão das seguintes vantagens:

Conformidade técnica com normas da ABNT: os produtos fornecidos por empresas especializadas atendem aos requisitos normativos, como NBR 9780, NBR 8890, NBR 6136, NBR 12142, NBR 12655, entre outras, assegurando resistência mecânica, durabilidade e desempenho funcional nas diversas aplicações de engenharia;

Padronização dimensional e logística de aplicação: favorece a execução uniforme das obras, reduz incompatibilidades técnicas e facilita reposições futuras com peças de mesma especificação;

Redução de perdas e retrabalho: a industrialização garante traços de concreto padronizados, controle rigoroso da cura e acabamento adequado, o que resulta em maior rendimento operacional e menor desperdício de materiais;

Agilidade na resposta da Administração Pública: ao dispor de insumos padronizados em estoque, o município pode executar manutenções emergenciais e intervenções programadas com maior eficiência e menor custo de mobilização;

Vantajosidade econômica: a adoção do pregão eletrônico, com julgamento por item e ampla publicidade, possibilita ampla competitividade entre fornecedores regionais e de outras localidades, o que tende a resultar em melhores condições comerciais para a Administração Pública.

Durante o levantamento, foram consultadas bases públicas de referência (como o Painel de Preços do Governo Federal), registros de contratações similares em municípios vizinhos e orçamentos formais obtidos junto a fornecedores do setor. Os valores estimados situam-se dentro das faixas praticadas pelo mercado, considerando os parâmetros técnicos, as dimensões e o grau de complexidade dos produtos. Sob o ponto de vista econômico, a contratação fracionada por item permite adequação à disponibilidade orçamentária e evita a formação de estoques excessivos, otimizando a utilização dos recursos públicos. A solução escolhida está em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, conforme previstos no art. 11 da Lei Nº14.133/2021.

Dessa forma, a contratação dos artefatos de concreto e do concreto usinado por meio de processo licitatório competitivo, com exigência de especificações técnicas rigorosas e controle de qualidade certificado, revela-se como a alternativa mais segura, eficaz e economicamente justificável para o Município de Timburi/SP.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores especializados no fornecimento de artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado, culminando em:



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO MÉDIO UNIT.	VALOR TOTAL
1	TUBO DE CONCRETO PS2 Ø400 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 102,09	R\$ 7.656,38
2	TUBO DE CONCRETO PS2 Ø800 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 360,74	R\$ 27.055,13
3	TUBO DE CONCRETO PA2 Ø400 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 140,85	R\$ 10.563,38
4	TUBO DE CONCRETO PA2 Ø600 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 272,10	R\$ 20.407,13
5	TUBO DE CONCRETO PA2 Ø1000 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 556,67	R\$ 41.749,88
6	TUBO DE CONCRETO PA2 Ø1500 MM X 1.500 MM	75	MTS	R\$ 1.036,27	R\$ 77.720,25
7	CANALETA MEIA CANA Ø300 MM X 1.000 MM	75	MTS	R\$ 68,94	R\$ 5.170,50
8	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 24,5 X 59,05 X 5 CM	100	UN	R\$ 249,60	R\$ 24.959,50
9	BLOCO ESTRUTURAL 19 X 19 X 39 CM	5000	UN	R\$ 4,69	R\$ 23.450,00
10	1/2 BLOCO ESTRUTURAL 19 X 19 X 19 CM	500	UN	R\$ 4,29	R\$ 2.145,00
11	CANALETA DE CONCRETO 19 X 19 X 39 CM	1000	UN	R\$ 5,21	R\$ 5.210,00
12	PAVIMENTO RETANGULAR 10 X 20 X 6 CM	100	M2	R\$ 75,04	R\$ 7.503,67
13	CANALETA P/ GRELHA 30 X 35 X 60 CM	100	UN	R\$ 230,69	R\$ 23.069,00
14	BANCO MODELO EUROPEU 1,20 M	20	UN	R\$ 456,67	R\$ 9.133,33
15	BANCO MODELO PRAÇA 1,20 M	20	UN	R\$ 589,06	R\$ 11.781,20
16	BANCO MODELO RETO 1,20 M	20	UN	R\$ 459,92	R\$ 9.198,33
17	JOGO DE MESA MODELO 4B	20	UN	R\$ 751,03	R\$ 15.020,53
18	JOGO DE MESA MODELO 1/2 LUA	20	UN	R\$ 1.090,65	R\$ 21.812,90
19	ANEL DE CONCRETO ARMADO Ø800 MM X 500 MM	20	MTS	R\$ 222,68	R\$ 4.453,60
20	MOURÃO CURVO P/ ALAMBRADO 2,50 M	50	UN	R\$ 87,11	R\$ 4.355,63
21	VIGOTA TRELIÇADA H8	100	MTS	R\$ 26,95	R\$ 2.694,94
22	VIGOTA TRELIÇADA H12	100	MTS	R\$ 32,30	R\$ 3.229,54
23	PLACA P/ MURO PRÉ-MOLDADO 0,92 X 0,50 M	400	UN	R\$ 131,67	R\$ 52.666,00
24	PILAR P/ MURO PRÉ-MOLDADO 2,70 X 0,12 X 0,12 M	100	UN	R\$ 1.197,25	R\$ 119.724,50
25	GUIAS DE CONCRETO	200	UN	R\$ 89,53	R\$ 17.906,00
26	POSTE DE CONCRETO P/ ILUMINAÇÃO	40	UN	R\$ 3.110,21	R\$ 124.408,40
27	CONCRETO USINADO, FCK = 20 MPA	100	M3	R\$ 541,76	R\$ 54.176,33
28	CONCRETO USINADO, FCK = 25 MPA	100	M3	R\$ 571,63	R\$ 57.162,67
29	CONCRETO USINADO, FCK = 30 MPA	100	M3	R\$ 622,32	R\$ 62.232,33
30	CONCRETO USINADO, FCK = 35 MPA	100	M3	R\$ 640,86	R\$ 64.086,33
31	CONCRETO USINADO, FCK = 40 MPA	100	M3	R\$ 543,80	R\$ 54.380,00
TOTAL					R\$ 965.082,38

As memórias de cálculo foram elaboradas com base na média aritmética simples dos preços obtidos, considerando variações admissíveis conforme os limites percentuais estabelecidos em orientações do TCU, e levando em conta também fatores logísticos e especificidades de fabricação de cada insumo. A estruturação da estimativa por item proporciona maior flexibilidade à Administração, permitindo a contratação de diferentes fornecedores conforme a proposta mais vantajosa por lote, sem prejuízo da economicidade global da contratação.

A metodologia adotada encontra amparo no art. 23, incisos I e III, da Lei Federal Nº14.133/2021, bem como nas boas práticas preconizadas pelo Tribunal de Contas da União (Acórdãos TCU Nº2622/2013 e Nº775/2017 - Plenário), que orientam o uso de múltiplas fontes de pesquisa, parâmetros atualizados e critérios técnicos objetivos para a definição do valor estimado de referência.

Dessa forma, a estimativa ora apresentada atende aos requisitos legais e técnicos exigidos, proporcionando segurança jurídica ao processo licitatório e assegurando à Administração a seleção da proposta mais vantajosa, em respeito aos princípios da economicidade, eficiência e legalidade.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

A solução proposta consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico, de artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado, com entrega direta na sede da Prefeitura Municipal de Timburi/SP, conforme condições e especificações detalhadas no Termo de Referência. O fornecimento destina-se ao atendimento de demandas da Coordenadoria Municipal de Obras e Serviços, nas áreas de infraestrutura urbana, drenagem pluvial, contenção, urbanismo e mobiliário público.

Trata-se de fornecimento de insumos industrializados, padronizados e normatizados, produzidos conforme exigências das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com controle tecnológico adequado, certificados de conformidade e garantia de desempenho físico-mecânico.

Entre os materiais contemplados estão:

Tubos de concreto (PA2 e PS2) de diversos diâmetros;

Blocos e meio-blocos estruturais;

Canaletas e grelhas de concreto;



Placas e pilares pré-moldados para muros;

Guias e mourões de concreto;

Bancos e mesas de concreto para áreas públicas;

Vigotas treliçadas;

Concretos usinados com fck variando de 20 MPa a 40 MPa.

A contratação será realizada por item, permitindo à Administração selecionar apenas os produtos efetivamente necessários, o que confere flexibilidade operacional, controle orçamentário e otimização logística.

Não se trata de contratação de mão de obra ou serviços de instalação, mas exclusivamente do fornecimento e entrega dos materiais em condições adequadas para o uso técnico previsto. Nesse contexto, foram estabelecidos os seguintes requisitos e exigências:

Entrega obrigatória no endereço da Prefeitura de Timburi, devidamente acondicionados, empilhados ou paletizados, para facilitar o manuseio e o armazenamento local;

Responsabilidade integral da contratada quanto ao transporte, descarregamento e integridade física dos materiais até sua recepção final pela Administração;

Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir da entrega efetiva;

Obrigatoriedade de substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, de quaisquer itens entregues com avarias, não conformidades, divergência dimensional ou falhas técnicas;

Apresentação, quando solicitado, de laudos de resistência à compressão, ensaios laboratoriais, certificados de conformidade e fichas técnicas, emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO ou órgão equivalente;

Os produtos deverão apresentar acabamento regular, ausência de fissuras, bolhas, trincas ou imperfeições de moldagem, e atender aos parâmetros de resistência e durabilidade previstos nas normas aplicáveis.

Considerando-se que os materiais são destinados à execução de obras e serviços públicos por administração direta ou indireta, não se exige assistência técnica contínua por parte da contratada após o fornecimento. Contudo, permanece a obrigação legal de assegurar a plena conformidade dos produtos fornecidos e o seu uso imediato, eficiente e seguro, nos termos contratuais.

A adoção de artefatos padronizados e certificados promove redução de perdas, uniformidade construtiva, durabilidade das intervenções e economia de escala, garantindo melhor aproveitamento dos recursos públicos e maior previsibilidade no planejamento técnico e operacional da municipalidade.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação será realizada por item, conforme detalhado no Termo de Referência, em consonância com o art. 12, §1º, e o art. 23, §1º, da Lei Federal Nº14.133/2021, que estabelecem a obrigatoriedade de parcelamento do objeto sempre que este se mostrar técnica e economicamente viável, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A adoção do parcelamento está tecnicamente justificada, uma vez que os materiais que compõem o objeto — artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado — são itens autônomos, com características técnicas, dimensões, finalidades e aplicações distintas, não havendo interdependência funcional entre eles que justifique contratação em lote único.

O fracionamento da contratação por tipo de material proporciona os seguintes benefícios:

Ampla competitividade: permite a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e fornecedores especializados em determinados itens, que não teriam capacidade técnica ou econômica para fornecer a totalidade do objeto;

Redução de sobrepreço global: possibilita a adjudicação individual de cada item ao licitante que apresentar a melhor proposta, evitando que preços excessivos em um ou mais itens contaminem o valor total da contratação;

Flexibilidade na execução orçamentária: possibilita a aquisição dos materiais de forma escalonada, conforme demanda efetiva e disponibilidade financeira da Prefeitura;

Aprimoramento do controle técnico: facilita a conferência, o recebimento e o armazenamento dos materiais conforme suas especificações individuais, assegurando a padronização e qualidade dos insumos utilizados nas obras públicas;

Atendimento ao princípio da eficiência: evita a aquisição de materiais não prioritários ou de uso não imediato, contribuindo para a racionalização dos estoques e redução de desperdícios.

Além disso, a adjudicação por item atende aos princípios da isonomia, competitividade, economicidade e vantagem, consagrados na Lei Nº14.133/2021, otimizando o processo licitatório e promovendo maior eficiência na gestão pública.

Portanto, a estruturação da contratação por itens individualizados é tecnicamente viável, juridicamente adequada e economicamente vantajosa, sendo a forma mais eficiente e proporcional para a aquisição dos materiais descritos, em atenção ao interesse público e à boa governança administrativa.

IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

A presente contratação visa promover ganhos significativos em termos de economicidade, eficiência administrativa e utilização racional dos recursos públicos, por meio da aquisição planejada, padronizada e tecnicamente especificada de artefatos de concreto, destinados à aplicação direta em obras e serviços de infraestrutura urbana, drenagem e mobiliário público no Município de Timburi/SP.

Os principais resultados pretendidos com a contratação são:

a) Economia de escala e redução de custos unitários:

A consolidação da demanda em um único procedimento licitatório, com adjudicação por item e ampla participação de fornecedores, permitirá à Administração obter condições mais vantajosas, reduzindo o valor unitário dos materiais frente a aquisições esporádicas ou fragmentadas. A padronização das especificações técnicas contribui para a formação de lotes homogêneos, facilitando a logística de fornecimento e negociação de preços.

b) Maior eficiência na execução dos serviços públicos:

A disponibilidade prévia e organizada dos insumos possibilita às equipes operacionais maior agilidade na execução das atividades de manutenção urbana, drenagem pluvial, recomposição de calçadas, contenções estruturais e urbanização de espaços públicos. Evita-se, assim, a ocorrência de paralisações por falta de materiais, garantindo prontidão no atendimento das demandas da população.

c) Otimização da força de trabalho e dos serviços terceirizados:

Com o fornecimento regular dos materiais, os servidores públicos e os eventuais prestadores de serviços atuam de forma mais produtiva e contínua, sem interrupções desnecessárias, deslocamentos ineficientes

ou improvisações com insumos inadequados. O planejamento das frentes de trabalho é facilitado, aumentando o rendimento das equipes e a previsibilidade das intervenções.

d) Redução de perdas, retrabalhos e desperdícios:

A aquisição de artefatos industrializados, fabricados com controle tecnológico e conformidade com normas técnicas da ABNT, proporciona maior qualidade e uniformidade dos produtos, reduzindo perdas por trincas, quebras ou incompatibilidades dimensionais. Isso reflete em melhor aproveitamento dos materiais e aumento da vida útil das obras.

e) Eficiência orçamentária e gestão fiscal responsável:

O modelo de aquisição por item permite compatibilizar a contratação com o orçamento municipal vigente, possibilitando aquisições parciais conforme disponibilidade financeira, sem prejuízo à qualidade dos materiais nem à continuidade dos serviços. Tal flexibilidade contribui para o equilíbrio das contas públicas e racionalização dos gastos correntes.

f) Melhoria da infraestrutura urbana e valorização do espaço público:

A utilização de artefatos de concreto com bom acabamento, durabilidade e estética padronizada impacta diretamente na valorização dos logradouros públicos, melhorando o aspecto visual e a funcionalidade das áreas urbanas. Isso contribui para o bem-estar da população e reforça a imagem institucional de zelo com o patrimônio público.

Em síntese, a contratação possibilita à Administração Municipal de Timburi atender suas necessidades operacionais com eficiência, previsibilidade e responsabilidade fiscal, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis e promovendo melhorias concretas e sustentáveis na infraestrutura urbana do município.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

Com vistas à regularidade e à eficiência na celebração e posterior execução do contrato administrativo decorrente da presente contratação, a Administração Municipal de Timburi adotará as seguintes



providências preliminares, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da governança contratual e da legalidade, conforme dispõe a Lei Federal Nº14.133/2021:

a) Designação formal do fiscal do contrato:

Será emitido ato administrativo de designação de servidor público efetivo para o exercício da função de fiscalização contratual, nos termos do art. 117, §1º da Lei Nº14.133/2021. Tal servidor deverá possuir conhecimento técnico compatível com o objeto da contratação e será responsável pelo acompanhamento, registro e controle de todas as etapas do fornecimento, desde a entrega até o aceite final dos materiais.

b) Capacitação e orientação técnica do fiscal designado:

Será assegurada a capacitação mínima ou, ao menos, orientação técnica detalhada ao servidor designado, contemplando as especificações dos artefatos a serem fornecidos, as normas técnicas aplicáveis (como NBR 9780, 8890, 6136, 12142, entre outras), critérios de verificação e controle de qualidade, além dos procedimentos de rejeição e substituição dos itens, conforme preconiza o art. 7º, inciso IV da Lei Nº14.133/2021.

c) Verificação da existência de dotação orçamentária suficiente:

Previamente à assinatura do contrato, será verificada a disponibilidade de crédito orçamentário compatível com o valor da contratação, com emissão de empenho prévio da despesa pública, em observância ao art. 115, inciso I, da Lei Nº14.133/2021.

d) Análise da regularidade da proposta vencedora:

A Administração verificará a conformidade da proposta vencedora com os preços de mercado, além do atendimento integral às exigências editalícias e legais, especialmente quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa proponente, nos termos do art. 63 da Lei Nº14.133/2021.

e) Registro e publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):

A contratação será integralmente registrada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com inserção dos dados do contrato, publicações e atos relacionados, conforme estabelecido nos arts. 174 e 175 da Lei Nº14.133/2021, garantindo ampla transparência e controle social.

f) Elaboração do contrato administrativo formal:



Será elaborado contrato escrito, contendo todas as cláusulas obrigatórias previstas nos arts. 92 e 115 da nova Lei de Licitações, incluindo objeto, prazo, forma de execução, condições de entrega, obrigações das partes, garantias, penalidades e critérios de fiscalização.

Essas medidas visam garantir a segurança jurídica, a efetividade da gestão contratual e o fiel cumprimento das obrigações assumidas, promovendo a boa governança pública e a adequada prestação dos serviços à população.

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

A presente contratação possui natureza autônoma, independente e desvinculada de outros contratos ou licitações em andamento no âmbito da Administração Municipal de Timburi. Trata-se exclusivamente da aquisição de artefatos de concreto pré-moldado, destinados à aplicação direta nas diversas frentes de trabalho da municipalidade, como infraestrutura urbana, drenagem pluvial, contenção de erosões, pavimentação e instalação de mobiliário urbano.

Embora os materiais a serem fornecidos possam ser empregados em obras públicas diversas, sejam elas executadas por administração direta ou por empresas terceirizadas contratadas pela municipalidade, não há relação de dependência técnica, contratual ou cronológica entre esta contratação e qualquer outro processo de aquisição ou execução de obras atualmente vigente.

Adicionalmente, o modelo de contratação por item e a adjudicação individualizada possibilitam que os insumos sejam adquiridos conforme demanda e cronograma operacional da Coordenadoria Municipal de Obras e Serviços, o que reforça a flexibilidade e a viabilidade da contratação como iniciativa isolada e estratégica.

Portanto, a execução do objeto poderá ocorrer de forma plena e eficaz, sem a necessidade de vinculação a outras contratações públicas, assegurando total autonomia técnico-operacional e compatibilidade com os instrumentos de planejamento e orçamento municipal.

XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFÚGOS, QUANDO APLICÁVEL:



A contratação em questão refere-se ao fornecimento de artefatos pré-moldados de concreto, cuja natureza essencialmente material implica impactos ambientais moderados, porém relevantes quando se considera a cadeia produtiva envolvida. Ainda que não haja execução de obras diretas ou intervenções ambientais significativas por parte da Administração, é imprescindível a adoção de medidas de prevenção, mitigação e compensação ambiental, nos termos dos arts. 25, 144, 147 e 170 da Lei Federal Nº14.133/2021.

Principais impactos ambientais associados ao objeto contratado:

Consumo de recursos naturais não renováveis (areia, brita, cimento e água) durante o processo de fabricação industrial dos artefatos;

Emissões atmosféricas de CO₂ e outros poluentes gerados por fornos, máquinas de vibração e transporte;

Consumo energético de origem predominantemente fóssil no processo de industrialização;

Geração de resíduos sólidos e materiais de refugo, especialmente por quebras durante o transporte ou descarregamento;

Risco de descarte inadequado de materiais rejeitados ou danificados, com potencial de poluição urbana.

Medidas mitigadoras e requisitos ambientais previstos:

a) Preferência por fornecedores com práticas sustentáveis comprovadas:

Será facultado à Administração valorizar, no processo licitatório, propostas de empresas que demonstrem adoção de ações ambientais, tais como:

Reutilização de água no processo de cura do concreto;

Utilização de cimento com adições pozolânicas ou escórias, reduzindo o impacto de CO₂;

Implantação de sistema de reaproveitamento de resíduos da produção (reuso de concretos rejeitados como brita reciclada);

Uso de moldes reutilizáveis e redução do desperdício.

b) Exigência de logística reversa e descarte ambientalmente adequado:

Constará do edital e do contrato a obrigatoriedade de que os artefatos eventualmente rejeitados, danificados ou excedentes sejam recolhidos pela empresa fornecedora, cabendo a esta a destinação

final ambientalmente correta, preferencialmente mediante reprocessamento ou reaproveitamento, conforme previsto na Lei Nº12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

c) Compatibilidade com critérios de menor consumo de energia e recursos naturais:

Será incentivado o fornecimento de artefatos cuja fabricação observe critérios de eficiência energética e menor pegada ambiental, inclusive por meio da redução do transporte e do uso de agregados reciclados ou reaproveitados, desde que não comprometam a qualidade e o desempenho técnico exigido pelas normas da ABNT.

d) Entrega racionalizada e com planejamento logístico:

A entrega dos materiais será programada de forma escalonada, conforme a capacidade de armazenamento da Prefeitura e a demanda operacional, minimizando deslocamentos desnecessários e contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa provenientes da frota contratada.

e) Isenção de impacto ambiental direto na área de recebimento:

Considerando que os artefatos serão entregues diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Timburi, não haverá movimentação de solo, supressão de vegetação nativa, emissão de efluentes ou qualquer intervenção direta em área ambientalmente sensível, o que reforça o baixo impacto ambiental da contratação.

Conclusão:

Embora o fornecimento de artefatos de concreto apresente impacto ambiental indireto e limitado, a Administração Municipal incorpora, de forma preventiva e orientada pela sustentabilidade, um conjunto de medidas que visam minimizar os efeitos negativos da contratação sobre o meio ambiente, fomentar práticas produtivas responsáveis e promover o cumprimento dos compromissos institucionais com o desenvolvimento sustentável.

XIII - MATRIZ DE RISCO:

A presente contratação, por envolver o fornecimento de artefatos pré-moldados de concreto, apresenta riscos específicos de natureza técnica, logística, jurídica, financeira e ambiental, os quais foram previamente avaliados pela Administração Pública com base na experiência em contratações similares



e nos princípios da governança contratual estabelecidos pela Lei Federal Nº14.133/2021, especialmente o disposto no art. 20.

A seguir, apresenta-se a matriz de risco estruturada, com a identificação dos principais eventos que podem comprometer o adimplemento contratual, a parte responsável e as medidas preventivas e corretivas estabelecidas:

CATEGORIA	EVENTO DE RISCO	PARTE RESPONSÁVEL	MEDIDAS MITIGADORAS / COMPARTILHAMENTO DE RISCOS
Técnica	Fornecimento de artefatos fora das especificações técnicas ou com defeitos	Contratada	Exigência de laudos técnicos, certificações ABNT/INMETRO; substituição obrigatória em até 10 (dez) dias úteis
Cronograma	Atraso na entrega dos materiais	Contratada	Estabelecimento de prazo máximo de 30 dias corridos; cláusula de penalidade contratual e multa por dia de atraso
Logística	Danos aos materiais durante o transporte ou descarregamento	Contratada	Responsabilização integral pela logística; exigência de paletização e acondicionamento adequado
Jurídico	Ocorrência de irregularidades fiscais ou trabalhistas durante a execução	Contratada	Verificação de regularidade na habilitação; cláusula de rescisão contratual por descumprimento legal
Financeiro	Apresentação de proposta com preço inexequível	Administração	Exigência de planilha de composição de custos; análise de exequibilidade conforme art. 59, §1º da Lei Nº14.133/21

Orçamentário	Insuficiência de saldo orçamentário para aquisição de todos os itens	Administração	Planejamento orçamentário com empenho prévio; possibilidade de aquisição parcial por item, conforme demanda
Sustentabilidade	Descumprimento das exigências ambientais mínimas	Contratada	Cláusula contratual exigindo logística reversa e descarte ambientalmente adequado, em conformidade com a PNRS
Fiscalização	Ausência de capacitação do agente fiscal designado	Administração	Designação formal de fiscal com formação compatível; orientação prévia quanto aos critérios técnicos de recebimento

A matriz ora apresentada servirá como instrumento de referência para a gestão e fiscalização do contrato, permitindo a alocação eficiente dos riscos e a adoção tempestiva de medidas corretivas, de modo a assegurar a plena execução contratual e resguardar o interesse público.

Todos os riscos identificados e suas respectivas medidas mitigadoras deverão ser refletidos no edital e no instrumento contratual, conforme preconizado pelos princípios da transparência, eficiência e responsabilidade na contratação pública.

XIV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

Com base na análise técnica realizada, na caracterização da demanda pública, no levantamento de mercado efetuado, na avaliação de riscos e na observância aos dispositivos legais aplicáveis, conclui-se que a presente contratação se revela plenamente adequada, necessária e vantajosa para atender às necessidades operacionais e estruturais do Município de Timburi/SP.

A aquisição de artefatos pré-moldados de concreto — tais como tubos para drenagem pluvial, blocos estruturais, canaletas, grelhas, placas, guias, mourões, postes e mobiliário urbano — visa suprir a demanda

recorrente das frentes de trabalho da administração municipal nas áreas de infraestrutura urbana, saneamento, acessibilidade, paisagismo e conservação de vias e espaços públicos.

Trata-se de solução tecnicamente viável, juridicamente segura, financeiramente compatível com a capacidade orçamentária do Município e operacionalmente eficiente, estando integralmente alinhada às diretrizes do planejamento público municipal (PPA, LDO e LOA), bem como aos princípios da economicidade, eficiência, padronização, sustentabilidade e seleção da proposta mais vantajosa, conforme previsto nos arts. 11, 18, 20 e 144 da Lei Federal Nº14.133/2021.

A estruturação do objeto por itens individualizados permite maior competitividade, inclusão de fornecedores de pequeno porte, otimização dos recursos públicos e flexibilidade para aquisições conforme a necessidade real da Administração. Ademais, as exigências técnicas estabelecidas, como a conformidade com normas da ABNT e a apresentação de laudos e certificações, garantem a qualidade e a durabilidade dos materiais a serem adquiridos.

Dessa forma, recomenda-se a formalização da contratação por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adjudicação por item, conforme parâmetros estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência anexo, garantindo a legalidade, a eficiência e a adequada prestação de serviços públicos à população de Timburi.

XV – ANEXOS:

Fazem parte integrante e complementar deste Estudo Técnico Preliminar os seguintes documentos anexos, que servem de suporte técnico, econômico e jurídico para a fundamentação da contratação proposta:

ANEXO I – Cotações Mercadológicas:

Documentos comprobatórios das pesquisas de preços realizadas junto a fornecedores especializados, contendo as descrições dos itens cotados, valores unitários praticados, condições de fornecimento, prazos de entrega e validade das propostas, conforme previsto no art. 23 da Lei Nº14.133/2021.

Outros anexos eventualmente necessários poderão ser agregados ao processo licitatório, a critério da Administração, visando ao aprimoramento do planejamento, à transparência e à rastreabilidade das decisões administrativas.



Prefeitura do Município de Timburi, aos 25 dias de julho de 2025.

ALESSANDRO AUGUSTO SILVA GONÇALVES

Gestor do contrato

Engenheiro Civil

CREA Nº5069150587

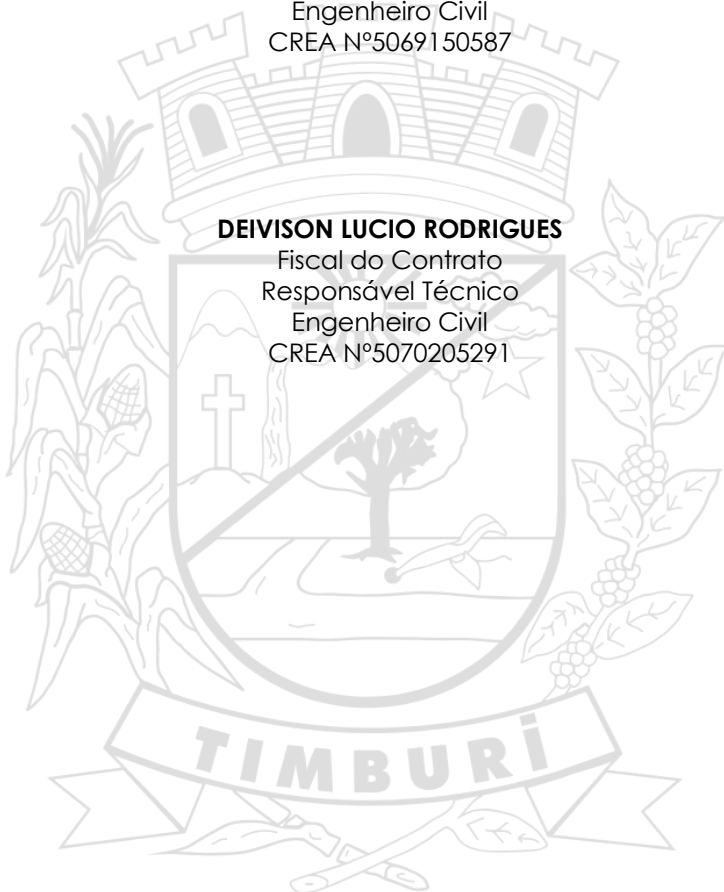
DEIVISON LUCIO RODRIGUES

Fiscal do Contrato

Responsável Técnico

Engenheiro Civil

CREA Nº5070205291



DECLARAÇÃO
(APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA DE PREÇOS)

DECLARO QUE ESTOU CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO E EM SEUS ANEXOS.

- 1) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.
- 2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de contratação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.
- 3) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- 4) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Caso seja a empresa vencedora os pagamentos, vão ser depositados, na conta informada.

(colocar data e assinatura do representante legal)

Obs.: A Proposta Comercial deverá conter razão social do licitante, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail válido do próprio participante.



Prezado (as) Senhores (as):

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, por meio de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299, do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

***Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**

a) Declaramos, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente Pregão Eletrônico, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) Declaramos, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;

c) Declaramos estar cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos;

d) Assumimos a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93, da Lei nº 8.213/91;

f) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021;

g) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos Processos Licitatórios/de Contratação Direta, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº, inscrito (a) no CPF sob nº, cuja função/cargo

é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato;

h) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal.

Declaramos, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordamos que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

i) Caso altere o citado e-mail ou telefone, comprometemo-nos a protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de sermos considerados como intimados pelos meios anteriormente fornecidos.

j) Nomeamos e constituímos o (a) senhor (a)....., portador (a) do CPF/MF sob

n.º....., para ser o (a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao pregão

Eletrônico nº _____ e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

_____, _____ de _____ de 2025.

(nome e CPF, completo do representante da empresa e assinatura).

(nome e CNPJ, completo da empresa e assinatura).

Prefeitura Municipal de Timburi

Estado de São Paulo

CNPJ.: 46.223.715/0001-04

ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO 43/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2025

Processo Administrativo nº 139/2025

Pregão Eletrônico nº 43/2025

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Enfermagem destinados para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Timburi.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação de aquisição dos bens enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO nº 43/2025, modo de disputa: **ABERTO**, participação: **TODAS AS EMPRESAS**, Critério de julgamento: **MENOR PREÇO**, com autorização constante do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2025, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº 15/2025, seus anexos, a proposta da **CONTRATADA**, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto do presente instrumento é Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado., conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº 43/2025.

2.2. A prestação dos serviços/entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo DO OBJETO do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Timburi.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

3.2. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.



CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

5.1. Prazo de entrega do objeto licitado, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da Ordem de Compra: **03 (três) dias.**

5.2. A entrega ocorrerá no prédio da Prefeitura Municipal de Timburi, no setor de Almoxarifado, situado a Rua 15 de Novembro nº 467, Centro –Timburi– SP, sempre e obrigatoriamente na presença do responsável pelo setor de compras, mediante agendamento prévio junto ao Setor de Almoxarifado, através do telefone (14) 3389-9100.

5.3. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na Proposta, devendo ser substituídos, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

5.5. O prazo de garantia contra defeito e vícios de fabricação será para cada item, sem qualquer ônus adicional para o Município de Timburi, contados a partir do seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

§ 1º - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

§ 2º - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

§ 3º - O pedido de prorrogação de prazo para realização dos serviços somente será conhecido pelo Município de Timburi caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitação, antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.

6.2. Se a CONTRATADA deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço/objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Timburi, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item



DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.3. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Timburi.

7.3.1. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

§ 1º - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

§ 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Timburi, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município de Timburi, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

7.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

7.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município Timburi, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6. Substituir, no prazo de **03 (Três) dias**, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

7.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-lá de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo de **03 (Três) dias**, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos,



obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Timburi ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

8.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;

8.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;

8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de Timburi, por intermédio das Secretarias Municipais da Saúde, Educação e Administração Geral, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à **empresa vencedora** a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de Timburi e terá as seguintes atribuições:

- a)** Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
- b)** Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
- c)** Assegurar à **CONTRATADO acesso** as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
- d)** Agir e decidir em nome do Município de Timburi inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas.
- e)** Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quanto à rejeição do(s) produto(s).
- f)** Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
- g)** Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

- h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela **CONTRATADA**, de condições previstas neste instrumento.
- i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à **CONTRATADA**, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
- j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à **CONTRATADA**.
- k) Instruir o(s) recurso(s) da **CONTRATADA** no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de Timburi.
- l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

10.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

10.1.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de Timburi e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.1.3. Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Timburi, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

10.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Timburi.

10.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

10.3. O Município de Timburi poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Timburi.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Timburi.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Timburi quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

10.4. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Timburi, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IPCA do mês anterior ao do pagamento "pro rata tempore", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DO REAJUSTAMENTO

11.1. Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA –DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO

12.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Timburi, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestação do serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

13.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

13.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

14.1.1. Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

14.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

§1º - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

§2º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

15.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal de Timburi e, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Timburi para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2. Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Timburi, de de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBURI

Cristiano da Cunha Amorim – Prefeito

CONTRATANTE

EMPRESA

Responsável – Cargo

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

R.G nº: _____ R.G nº: _____



CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBURI

CONTRATADA:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2025

Objeto: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado.

ADVOGADO: FERNANDO TORRESI DE JOÃO ANTONIO – OAB/SP nº 200.443 –
tladvocaciaconsultoriajuridic@gmail.com

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Timburi, __ de __ de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: CRISTIANO DA CUNHA AMORIM

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: CRISTIANO DA CUNHA AMORIM

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:





Prefeitura Municipal de Timburi

Estado de São Paulo

CNPJ.: 46.223.715/0001-04

Nome: CRISTIANO DA CUNHA AMORIM

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

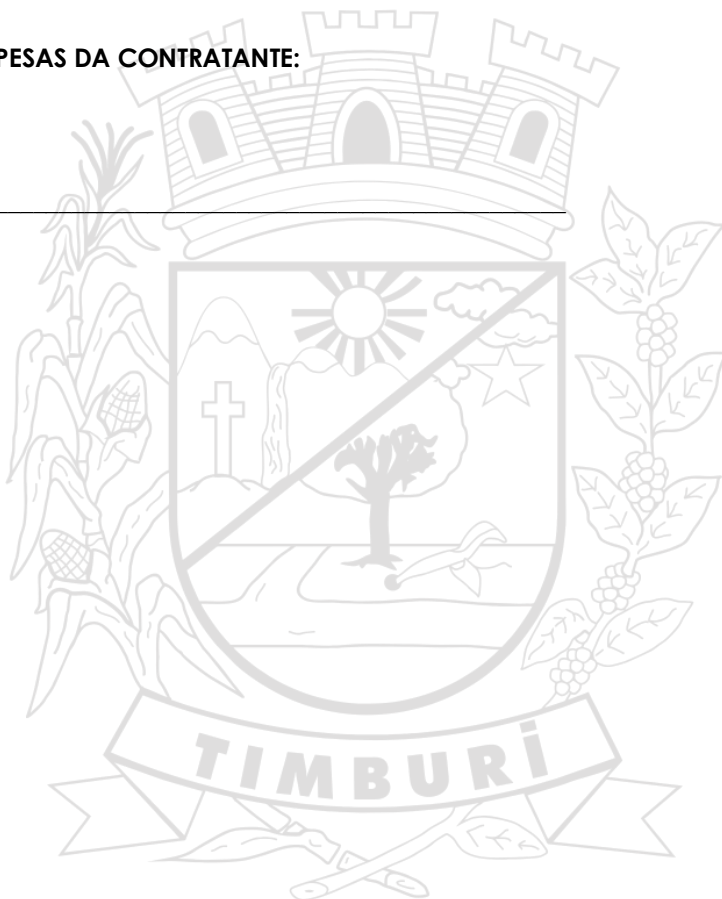
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



www.timburi.sp.gov.br



prefeitura@timburi.sp.gov.br



Prefeitura Municipal De Timburi - SP
Rua XV de Novembro, 467
TIMBURI - SP
18860-007



(14) 3389 - 9100

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBURI

CNPJ Nº: 46.223.715/0001-04

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 139/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: __/2025

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto pré-moldado e concreto usinado.

VALOR TOTAL:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, afines à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

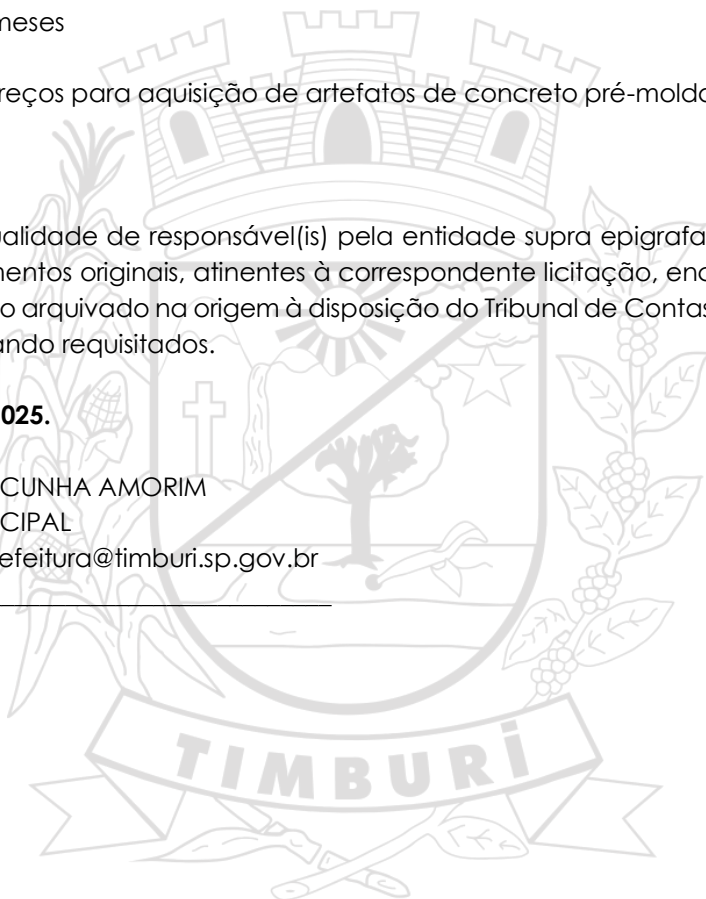
Timburi, __ de __ de 2025.

Nome: CRISTIANO DA CUNHA AMORIM

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

E-mail Institucional: prefeitura@timburi.sp.gov.br

Assinatura: _____





Prefeitura Municipal de Timburi

Estado de São Paulo

CNPJ.: 46.223.715/0001-04

ANEXO V – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – AUDESP FASE IV

PREGÃO ELETRÔNICO 43/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2025

(apresentar dentro do envelope PROPOSTA)

SÓCIOS DA EMPRESA (**TODOS** os sócios)

Empresa:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Endereço Completo:	
E-mail da empresa	
Telefone da empresa	

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO	
Nome Completo:	
Endereço Residencial:	
CPF:	
RG:	
Data de Nascimento:	
E-mail Pessoal:	

SÓCIO 01	
Nome Completo:	
Endereço Residencial:	
CPF:	
RG:	
Data de Nascimento:	
E-mail Pessoal:	

SÓCIO ADMINISTRADOR	
Nome Completo:	
Endereço Residencial:	
CPF:	
RG:	
Data de Nascimento:	
E-mail Pessoal:	

_____, ____ de _____ de 2025.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N. do documento de identidade



www.timburi.sp.gov.br



prefeitura@timburi.sp.gov.br



Prefeitura Municipal De Timburi - SP
Rua XV de Novembro, 467
TIMBURI – SP
18860-007



(14) 3389 - 9100